



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

Aos 20 dias do mês de Abril de 2012, pelas 14:15 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Requerimento do PS para audição do Presidente da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, sobre a OPA da Camargo Corrêa à CIMPOR
2. Audição do Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, na sequência do requerimento do PS
3. Audição do Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR, na sequência do requerimento do PS

1. Requerimento do PS para audição do Presidente da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, sobre a OPA da Camargo Corrêa à CIMPOR.

O Senhor Presidente procedeu à abertura dos trabalhos, começando por dar a palavra ao Senhor Deputado Basílio Horta para apresentar o requerimento do GP PS para ouvir a CMVM sobre os contornos da operação da OPA lançada pelo Grupo Camargo Corrêa, à Cimpor. No final da apresentação o requerimento foi votado e aprovado por unanimidade na ausência do PCP, do BE e Partido Ecologista Os Verdes.

Em seguida o Senhor Deputado Basílio Horta referiu-se à audição da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças agendada para 26 de abril, e sublinhou que o GP do PS teria preferido ouvir do próprio Ministro das Finanças, os esclarecimentos necessários acerca dos motivos que levaram a CGD a aceitar a proposta da Camargo Corrêa, em detrimento da proposta da Semapa. Depois apresentou um requerimento do GP PS para a audição do Senhor Dr. António Borges, com o objetivo de esclarecer a sua participação no processo de venda da Cimpor, enquanto consultor do Governo para as PPP e para a alienação de ativos financeiros.

O Senhor Presidente colocou à consideração da Comissão a possibilidade de ser votado nesta reunião o requerimento oral do PS por ter dado entrada após o início da reunião, tendo o Senhor Deputado Pedro Saraiva transmitido que o PSD tinha interesse em ouvir todas as partes diretamente interessadas no processo da Cimpor e por essa razão não se tinha oposto à audição do Presidente da CMVM, mas que havia necessidade de se ponderar o leque de entidades que a Comissão deveria ouvir, propondo que o GP do PS apresentasse o seu



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

requerimento por escrito na próxima reunião e que nele contemplasse todas as entidades que pretendia ouvir no âmbito deste processo. Após a proposta feita pelo GP do PSD, o Senhor Deputado Basílio Horta (PS) argumentou que ainda assim seria útil a Comissão tentar articular a vinda do Senhor Dr. António Borges com a audição da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças.

2. Audição do Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, na sequência do requerimento do PS.

O Senhor Presidente cumprimentou o Senhor Professor Faria de Oliveira, Presidente do Conselho de Administração da CGD e o Senhor Dr. José Agostinho de Matos, Presidente do Conselho Executivo da mesma Instituição e agradeceu em nome da Comissão a presença de ambos na Comissão. Em seguida deu a palavra ao Senhor Professor Faria de Oliveira para a sua intervenção inicial.

O Presidente do Conselho de Administração da CGD aludiu aos antecedentes do processo da OPA que foi lançada pelo Grupo Camargo Corrêa sobre a Cimpor e ao plano de financiamento e recapitalização a que a CGD está obrigada face aos compromissos assumidos pelo Estado no âmbito do Programa de Assistência Financeira a Portugal.

O Senhor Deputado Basílio Horta (PS) em nome do GP requerente, recordou que o requerimento que foi aprovado continha 12 itens e que a CGD apenas tinha respondido a um. Mostrou-se preocupado com o futuro da Cimpor e a garantia de defesa do interesse nacional no processo de alienação da participação que a CGD detém na Cimpor e solicitou esclarecimentos sobre a responsabilidade pela decisão de venda, a data em que foi tomada a deliberação pela CGD e a forma como a alienação foi decidida, sobre o papel desempenhado pelo Dr. António Borges neste processo, sobre a existência ou não de orientações vinculativas do Governo sobre a matéria e o conhecimento da estratégia prosseguida, se e com que antecedência a CGD tinha sido informada pelo Governo sobre a sua estratégia, se houve alguma discussão sobre o preço proposto e porque é que a CGD tomou a decisão de vender antes de conhecer o relatório da entidade visada no negócio - a Cimpor, se tomaria a mesma decisão conhecendo previamente esse documento, em que garantias se baseou a CGD quanto aos ativos e quais os termos do acordo parassocial celebrado com a Votorantim, tendo requerido a distribuição do texto desse acordo. Finalmente questionou a CGD sobre as razões que a levaram a abdicar da posição anteriormente assumida de não segmentar a Cimpor e sobre as garantias recebidas quanto à manutenção da futura sede social da Cimpor, em Portugal. Ao concluir referiu-se à falta de transparência nas operações de alienação dos ativos da Cimpor.. A Senhora Deputada Paula Cardoso (PSD) considerou prematuro o pedido de agendamento



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

desta audição por condicionar um negócio ainda por concretizar e considerou extemporânea a dúvida levantada pelo GP do PS sobre o momento em que foi tomada a decisão pelo Conselho Executivo da CGD, sendo de opinião que foi acautelado o interesse nacional, quando manifestou a sua disposição para vender a sua participação na Cimpor. Em seguida questionou os representantes da CGD sobre o acordo parassocial celebrado com Votorantim as exceções que continha. O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) começou por chamar a atenção para o fato do negócio ainda não estar concretizado e esclareceu que o CDS-PP não se tinha oposto ao requerimento do PS por a Comissão merecer todos os esclarecimentos necessários da parte da CGD e da Cimpor. Requereu esclarecimentos adicionais sobre a pertinência da venda dos ativos detidos na Cimpor e a opinião da CGD sobre o interesse desses ativos, sobre o funcionamento das condições de mercado, se a CGD tinha tido em consideração a possibilidade de uma contra OPA. O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) fez uma declaração política prévia acerca da responsabilidade do Governo e do PS por o Memorando de Entendimento não ter acautelado a recapitalização da Banca com verbas do Fundo, considerando estar em causa a soberania do País. Referiu-se depois às imparidades de 1,7 mil milhões de euros na posse da CGD e solicitou explicações sobre a sua origem. Pronunciou-se sobre a OPA à Brisa e à conciliação destas operações com os objetivos estratégicos da CGD. Leu a carta que uma empresa têxtil enviou à AR sobre as dificuldades de acesso ao crédito impostas pela CGD. Questionou também o financiamento ao Grupo Melo na OPA à Brisa, a quase simultaneidade entre o anúncio da OPA à Cimpor e a divulgação da posição da CGD, sobre os compromissos assumidos com a Camargo Corrêa quanto à manutenção da sede social da Cimpor em Portugal e ao seu não desmembramento. A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) considerou a CGD um importante pilar para Portugal e um instrumento ao serviço da defesa do interesse público por ser um banco público e realçou a importância da discussão sobre o negócio e a compreensão sobre as decisões da tutela, para vender os ativos a qualquer preço. Questionou a CGD sobre as reuniões tidas com o Governo e sobre quem tomou a decisão e vender os ativos da Cimpor, afirmou que o BE não acompanhava a CGD quanto ao seu modelo de recapitalização, apesar de compreender a sua necessidade de liquidez, perguntou se existia alguma relação direta entre a decisão de venda da Brisa e da Cimpor e finalmente, se houve o consenso da Tutela para ambas as operações. O Senhor Professor Faria de Oliveira e o Senhor Dr. José Agostinho de Matos responderam de forma individualmente aos Senhores Deputados.

Na segunda ronda de perguntas usaram da palavra os Senhores Deputados Basílio Horta (PS) para se referir às notificações sobre a decisão de venda da CGD e solicitar o acesso ao acordo parassocial celebrado com a Votorantim. Para afirmar que o preço de venda das ações da Cimpor estava subavaliado, para alertar para a preservação de unidade da empresa. Para



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

questionar sobre as relações entre a Camargo Corrêa e a Votorantim, sobre a forma de pagamento das ações, sobre a finalidade da injeção de 50.000 milhões de euros do BCE na banca portuguesa, se o Sr. Dr. António Borges teve algum contato com a CGD sobre este negócio. Por fim solicitou à Administração da CGD que disponibilizasse à Comissão a ata do Conselho Executivo onde consta a decisão de vender e o texto do acordo parassocial com a Votorantim. A Senhora Deputada Paula Cardoso (PSD) referiu que as circunstâncias atuais são muito diferentes das verificadas em 2010 e que a Votorantim não tem que autorizar a venda podendo sim exercer o seu direito de preferência na compra, que a CGD se deverá preocupar com o valor de venda das ações da Cimpor de forma a defender os interesses dos seus depositantes e como tal, o interesse nacional. O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) considerou que valia a pena esperar pela audição da CMVM, antes de lançar suspeitas sobre o processo e referiu a importância da CGD para o financiamento das PME's. Registou com apreço que as decisões de financiamento da CGD nada têm a ver com a dimensão das empresas, mas sim com o risco que elas comportam. O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) comentou o elevado valor das imparidades detidas pela CGD, criticou o fato de haver um tão elevado número de PME's em processo de falência por não conseguirem aceder ao crédito quando a CGD opta por financiar o Grupo Melo em operações especulativas na Bolsa para a aquisição da Brisa. A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) questionou a CGD sobre o papel desempenhado pelo Senhor Dr. António Borges em todo o processo, se a CGD tinha tido algum contato com a Cimpor sobre o negócio, criticou o sinal negativo que a CGD poderá estar a dar ao mercado, quando opta por vender ações a um preço abaixo do seu real valor de mercado, as indicações dadas pela Tutela quanto às escolhas da CGD.

No final, os responsáveis da CGD responderam em bloco às questões que lhes foram dirigidas.

Seguiu-se a terceira e última ronda de perguntas. Usaram da palavra os Senhores Deputados Basílio Horta (PS) para clarificar a posição do PS e solicitar esclarecimentos sobre o papel do Sr. Dr. António Borges no processo e solicitar a ata do Conselho Executivo da CGD. O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD), para confirmar que há um contexto económico e financeiro e um memorando de entendimento que condicionam a atuação da CGD. O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP), para confirmar que houve uma intervenção do Governo e caracterizar, para criticar a privatização da Brisa com recurso aos fundos de bancos que recorreram ao fundo de recapitalização. Voltou a manifestar preocupação com o futuro da Cimpor e a responsabilidade do Governo no processo. A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) criticou a CGD por não ter esclarecido as contradições que vieram a público e voltou a perguntar o papel do Dr. António Borges em todo este processo. No final os responsáveis da CGD responderam em conjunto às perguntas dos Senhores Deputados.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

3. Audição do Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR, na sequência do requerimento do PS

O Senhor Presidente cumprimentou o Presidente da CIMPOR, Senhor Professor Castro Guerra e convidou-o a fazer uma apresentação inicial sobre o tem que motivou a sua audição.

O Senhor Prof. Castro Guerra referiu-se à OPA à Cimpor que foi anunciada pela Camargo Corrêa e deu conhecimento de um comunicado que a CIMPOR divulgou aos seus acionistas e que se encontra disponível no seu site. Confirmou que toda a informação sobre a OPA tinha sido disponibilizada ao CA da CIMPOR, mas por não estar ainda registada em bolsa era confidencial. Quanto ao comunicado divulgado aos seus acionistas, a CIMPOR não recomendava a venda das suas ações, por considerar o preço muito baixo. Assegurou que nada move a empresa cimenteira contra a oferta de investidores estrangeiros e principalmente quando se trata de um grupo brasileiro, mas que a CIMPOR deve em primeiro lugar defender o interesse dos seus acionistas.

Na primeira ronda de perguntas interpelaram o Presidente da Cimpor o Senhor Deputado Basílio Horta (PS), para solicitar esclarecimentos sobre os contornos da operação da OPA, preço oferecido pela Camargo Corrêa e garantias dadas de manutenção da unidade da empresa após a alienação, sobre o relatório de contas de 2011, sobre o momento em que a Teixeira Duarte vendeu as suas ações à Camargo Corrêa, sobre a negociação das condições de venda, sobre as relações entre o Conselho de Administração da Cimpor e os seus acionistas, sobre os ratings da empresa e da Camargo Corrêa, sobre as datas em que foi anunciada a OPA e a CGD se pronunciou sobre a operação, sobre o adiamento da reunião da assembleia geral, sobre a existência de ofertas de compra concorrentes e ainda para sublinhar que o GP do PS apoia o bom investimento estrangeiro no nosso país e especialmente o brasileiro desde que bem fundamentado. O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) questionou a CIMPOR sobre o interesse estratégico do Governo no processo, sobre o valor real das ações da Cimpor, sobre a decisão de venda das ações por parte da CGD, sobre a evolução da cotação das ações da Cimpor, sobre a proposta da Camargo Corrêa, sobre a ponderação feita pela CGD sobre o negócio, sobre se foram cumpridos todos os imperativos legais nesta operação de mercado. O Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP), para solicitar a clarificação das posições dos vários intervenientes e informar que o CDS-PP aguardaria pela pronúncia da CMVM na próxima audição. O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP), para comentar o que considerava serem as políticas de desindustrialização do País ao longo dos últimos Governos e a redução da presença do Estado, graças à privatização e perda de ativos estratégicos para o País, para transmitir a sua preocupação pelo desmantelamento da Cimpor e consequências ao nível do desemprego e também devido ao desconhecimento das opções



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

estratégicas do futuro acionista maioritário da Cimpor; Para confirmar que houve troca de informações entre o Governo e a CGD sobre a operação de OPA e questionar o Presidente da Cimpor sobre os eventuais contatos com elementos do Governo, pedir a confirmação do valor a arrecadar pela CGD com esta alienação. A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) para pedir esclarecimentos sobre a posição da CGD, sobre o risco adicional de desemprego para os colaboradores da Cimpor e sobre a intervenção do Governo no negócio, no que respeita à decisão tomada pela CGD. As respostas às questões colocadas pelos Senhores Deputados o Senhor Presidente da Cimpor respondeu individualmente.

Na segunda ronda de perguntas usaram da palavra o Senhor Deputado Basílio Horta (PS) para apelar às forças políticas e em especial ao PSD que se juntasse no esforço de pressionar a Camargo Corrêa a aumentar o valor da sua oferta e para interpelar a Cimpor sobre o seu rating nos mercados externos; Para solicitar explicações sobre o motivo que levou ao adiamento da reunião da Assembleia Geral da Cimpor. O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) para sublinhar que as preocupações manifestadas pelo PS se relacionavam essencialmente com o preço de venda e afirmar que não compete ao Governo condicionar o negócio, para solicitar a opinião da Cimpor sobre eventuais falhas na operação do ponto de vista do mercado livre de uma OPA ainda não concretizada e para saber se algum dos acionistas da Cimpor tinha tomado alguma atitude menos correta no decurso do processo. O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP), para elogiar o Relatório de Contas da Cimpor relativo ao ano 2011, questionar a atitude do Governo por não ter contactado os acionistas da Cimpor sobre os riscos e consequências do processo de alienação em curso, apesar de ter criado um Gabinete de Crise para articular com as empresas e, finalmente, para solicitar esclarecimentos sobre a cessação do acordo parassocial com o atual acionista brasileiro.

No final o Senhor Presidente da CIMPOR respondeu em conjunto às perguntas dos Senhores Deputados.

A reunião foi encerrada às 19:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 Abril 2012.

O (A) PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
Basílio Horta
Cristóvão Crespo
Maria Paula Cardoso
Paulo Cavaleiro
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Heloísa Apolónia
Luís Menezes
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: